

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

TV Brasil



Cada proposta selecionada será apoiada com R\$ 480 mil

Iniciativa contemplará jovens cientistas com até R\$ 3,8 mi

O Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino está com oportunidades abertas para jovens cientistas com propostas de pesquisa arrojadas. Os inscritos podem concorrer a uma nova oportunidade de financiamento para pesquisas no Brasil. O IDOR Ciência Pioneira, iniciativa filantrópica voltada à ciência de fronteira, acaba de divulgar um novo edital nacional para apoio a pesquisadores em fase de consolidação de carreira. O investimento total pode chegar até R\$ 3,8 milhões. A chamada vai selecionar até oito cientistas com projetos nas áreas das ciências da saúde e biomédicas e suas interfaces com as ciências exatas. Cada proposta selecionada será apoiada com R\$ 480 mil, a serem utilizados ao longo de três anos.

nota 1

Os pesquisadores aprovados também poderão ter acesso à infraestrutura de laboratórios para a realização das pesquisas, e a eventos e atividades para desenvolvimento de carreira. As inscrições estarão abertas de 12 de janeiro a 13 de fevereiro de 2026. É recomendável que os candidatos se preparem desde já para submeter as propostas. Os detalhes da chamada estão disponíveis no site do IDOR Ciência Pioneira.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Desde 2016, a União pagou R\$ 84,04 bi em dívidas

Tesouro paga R\$ 1,05 bi em dívidas

A União pagou R\$ 1,05 bilhão em dívidas atrasadas de estados e municípios em novembro, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado na segunda-feira (15) pelo Tesouro Nacional. No acumulado do ano, já são R\$ 9,59 bilhões de débitos honrados de entes federados. Em 2024, o valor chegou a R\$ 11,45 bilhões de dívidas garantidas pela União. Desde 2016, a União pagou R\$ 85,04 bilhões em dívidas garantidas. Os dados estão no relatório mensal do Tesouro Nacional.

Débitos não quitados

Do total de dívidas pagas no mês passado, R\$ 704,81 milhões são débitos não quitados pelo Estado do Rio de Janeiro; outros R\$ 227,80 milhões são do Rio Grande do Sul; R\$ 75,32 milhões de Goiás; R\$ 35,66 milhões de Minas Gerais; R\$ 9,64 milhões do município de Parauapebas (PA); R\$ 116,15 mil de Paranã (TO); e R\$ 76,47 mil de Santanópolis (BA).

Atividade

A atividade econômica brasileira apresentou queda em outubro deste ano, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira (15) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) diminuiu 0,2% em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados.

Ajuste

Já na comparação com outubro de 2024, houve variação positiva de 0,4%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 2,4% e, em 12 meses, registrou alta de 2,5%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país.

Copom

O IBC-Br ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

Aéreas

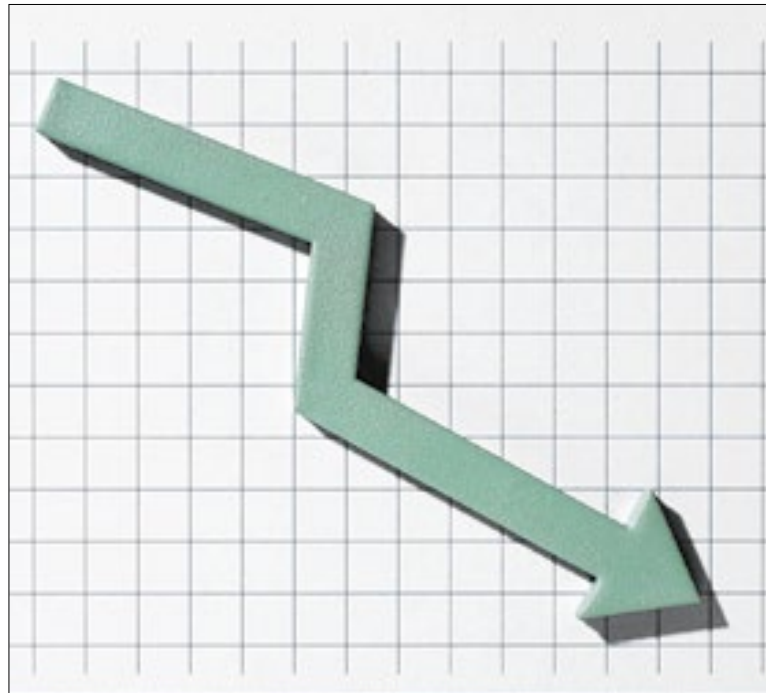
A alta no preço das passagens aéreas fez a inflação de novembro chegar a 0,18%. Em outubro, o IPCA havia sido de 0,09%. Com o resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,46%, dentro do intervalo da meta de inflação, de 1,5% a 4,5%. O recuo da inflação e esses indicadores levaram à manutenção da Selic.

Sem sinal

O Copom não deu pistas de quando deve começar a cortar a taxa básica de juros. Em comunicado, o Banco Central informou que o cenário atual está marcado por grande incerteza, que exige cautela na política monetária, e que a estratégia do BC é manter a Selic neste patamar por bastante tempo.

Maior nível

A taxa básica de juros está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho, sendo mantida nesse nível desde então.



Inflação oficial está dentro da meta estipulada pelo BC

Inflação em 12 meses está dentro da meta do BC

Mercado reduz previsão da inflação para 4,36% este ano

Por Martha Imenes

Pela quinta semana seguida o boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), reduziu a previsão do mercado financeiro para a inflação oficial do país. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,4% para 4,36% este ano. Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,16% para 4,1%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Com o resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,46%, dentro da meta do Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A alta no preço das passagens aéreas fez a inflação de novembro chegar a 0,18%. Em outubro, o IPCA havia sido de 0,09%, de acordo com informações da Agência Brasil.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O recuo da inflação e a desaceleração da economia levaram à manutenção da Selic pela quarta vez seguida.

O colegiado não deu pistas de quando deve começar a cortar os juros. Em comunicado, o BC

informou que o cenário atual está marcado por grande incerteza, que exige cautela na política monetária, e que a estratégia do BC é manter a Selic neste patamar por bastante tempo.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Após chegar a 10,5% ao ano em maio do ano passado, a taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho, sendo mantida nesse nível desde então.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica caia para 12,13% ao ano até o final de 2026. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 9,5% ao ano, respectivamente.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.